



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0008534-30.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Priscila de Araujo Periani**
 Requerido: **Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo Assupero**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ser aluna da ré, tendo ficado inadimplente com o pagamento de algumas mensalidades.

Alegou ainda que fez acordo com a ré para o pagamento desse débito e que ela recusou sua rematrícula.

Almeja à condenação da ré a autorizar sua rematrícula, emitindo os boletos relativos ao saldo devedor e dando cumprimento ao contrato que celebraram.

A ré em contestação declinou com precisão os fatos trazidos à colação.

Fica clara a partir dessa exposição a dívida a cargo da autora decorrente de sua inadimplência para o pagamento das mensalidades do curso em que se matriculou.

Fica claro também que outras mensalidades, vencidas após o acordo celebrado a propósito do débito em aberto, não foram pagas, bem como que constam no site da ré as datas para as matrículas em seus cursos.

Os documentos amealhados pela ré respaldam sua explicação, cumprindo registrar que a autora não impugnou os termos da contestação e igualmente os documentos que a instruíram.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O quadro delineado conduz à improcedência da ação.

Não se entrevê nos autos qualquer irregularidade perpetrada pela ré ou ação abusiva de sua parte.

Restou patenteada, ao contrário, a existência de débito da autora e o descumprimento do acordo firmado com a ré para a solução da pendência, devendo a autora buscar regularizar sua situação para na sequência retomar o curso já iniciado.

Por fim, nada indica a necessidade de condenação da ré à emissão de boletos, cuja impressão poderá ser buscada pela autora no site da ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 31 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA